

Estratégias de Tradução do Português Escrito para a Libras: Uma proposta de Atuação para o Intérprete Educacional

BRUNO GONÇALVES CARNEIRO
ESTER FERNANDES NUNES

RESUMO

O presente artigo é um estudo descritivo de alguns aspectos metodológicos que motivaram o trabalho do tradutor na construção de um texto em língua de sinais a partir de um texto na língua portuguesa. Esse tipo de procedimento (filmagem) tende a aumentar nos próximos anos no Brasil, pelo aumento de demanda por esse tipo de serviço, na produção de materiais didáticos em Libras e na organização da escola no atendimento às especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Apresenta também uma descrição quanto às competências linguísticas e referenciais necessárias para a elaboração do texto alvo em língua brasileira de sinais (Libras), inerentes ao campo de atuação da tradução intermodal. Este trabalho fundamenta-se nos Estudos Descritivos da Tradução. Vimos que houve adequações linguísticas, quando traduzimos o texto fonte do português para a Libras, e preocupações de ordem técnica, específicos da produção de vídeos. Sugerimos que o tradutor/ intérprete de Libras deve ter conhecimentos básicos sobre produção/ edição de vídeos e alertamos também para a importância do trabalho em equipe, numa forma de assegurar a qualidade do produto final.

Palavras-chave: tradução, interpretação, língua de sinais, intermodal.

1. Introdução

A língua de sinais utilizada nos centros urbanos do Brasil – a Libras¹ – é uma língua de complexidade e atributos comparáveis a qualquer outro sistema dessa natureza. No campo dos Estudos da Tradução já se reconhece sua legitimidade, embora as pesquisas ainda sejam escassas. Por outro lado, esse *status* ainda é desconsiderado principalmente na implementação

de políticas de inclusão envolvendo a comunidade surda brasileira, que muitas vezes não tem assegurados os direitos à sua língua e cultura. Os motivos para tal entrave são diversos, mas, certamente, uma das causas é a insistência da sociedade majoritária em enxergar deficiência no surdo, desprezando sua forma de significar o mundo.

A Libras foi reconhecida oficialmente como língua no Brasil em 24 de abril de 2002, através da lei 10436. Essa lei, que no ano de 2012 completou dez anos, junto aos decretos que a regulamentam, acarretou em conquistas importantes para os surdos brasileiros. Dentre elas, estão a implementação obrigatória da disciplina de Libras como componente curricular em alguns cursos de graduação, a formação de professores de língua de sinais em nível superior, a formação de professores surdos e de intérprete de Libras.

Nesse sentido, a língua de sinais brasileira ganha visibilidade em todo território nacional e os surdos, que também são cidadãos brasileiros (com direitos, deveres, mas que não tem o português como primeira língua), passam a conquistar e a ocupar espaços outrora inimagináveis, exigindo a partir de então, a presença do profissional tradutor/ intérprete de língua de sinais². Assim, o surdo, a língua de sinais e o intérprete permeiam o cotidiano social, adentrando em contextos dos mais diversos: educacionais, laborais, culturais, e outros.

A inclusão do aluno surdo no ensino regular exige de toda a escola um esforço a fim de eliminar as barreiras de comunicação e proporcionar um ambiente de conforto cultural e linguístico. Nesta perspectiva, toda a equipe pedagógica deve se organizar para a aplicação de atividades em Libras, como adaptação de material didático, provas e avaliações. Uma atividade nova para a equipe de intérpretes de Libras, que tende a crescer nos próximos anos, considerando que a sociedade está amadurecendo no sentido de enxergar a surdez a partir de sua diferença.

O presente artigo é um estudo descritivo de alguns aspectos metodológicos que motivaram o trabalho do tradutor na construção de um texto em língua de sinais a partir de um texto na língua portuguesa. Apresenta também uma descrição quanto às competências linguísticas e referenciais necessárias para a elaboração do produto final, inerentes ao campo de atuação da tradução intermodal³.

As estratégias descritas são resultados de um trabalho de tradução em que não houve suporte tecnológico profissional. Por isso, quisemos descrevê-la, por ser essa a realidade da maioria das escolas inclusivas do Brasil, pois não contam com recursos humanos e materiais que profissionalizariam as etapas de um trabalho como o descrito. Nesse sentido, consideramos oportuno as páginas que seguem, pois explicitam estratégias simples e viáveis que buscam atender as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

2. Tradução/ interpretação de línguas de sinais

No Brasil, publicações sobre a história e sistematização da tradução e interpretação ainda são escassas (LACERDA, 2009).

A partir do texto de Pagano (2003, *apud* LACERDA, 2009) podemos verificar que este campo de atuação é tão antigo quanto os registros sobre a história da humanidade. A referência mais antiga seria a de um hieróglifo do terceiro milênio antes de Cristo. Há também registros de intérpretes na Grécia antiga e no Império Romano. No período da Idade Média, há menção de encontros diplomáticos durante as Cruzadas, e na Idade Moderna, durante o período das grandes navegações, em expedições exploratórias às Américas.

Ainda de acordo com a autora, a forma sistemática que conhecemos hoje da tradução e interpretação (em conferências, por exemplo), se consolidou apenas no século XX, devido a eventos vinculados às Primeira e Segunda grandes guerras. No caso da Segunda Guerra Mundial, o Julgamento de *Nuremberg* envolveu um contexto em que estavam quatro línguas fundamentais: inglês, francês, russo e alemão. No evento citado, a interpretação consecutiva não poderia ser usada, já que despenderia muito tempo, prejudicando a dinâmica dos julgamentos.

Seguindo as informações acima, inferimos que a atuação do intérprete de línguas de sinais é tão antiga quanto à existência das línguas de sinais, independente do nome designado aos sujeitos que desempenhavam tal atividade e ao *status* profissional conferido a ela. Sempre existiram pessoas que intermediavam a comunicação entre surdos e ouvintes ao longo da história. Mas, em relação ao reconhecimento (e por fim, regulamentação) enquanto atividade laboral, a tradução/ interpretação de língua de sinais é considerado um fenômeno novo.

Segundo Quadros (2003) e Lacerda (2009), a história da constituição do profissional intérprete de língua de sinais, em vários países, partiu de atividades voluntárias. No Brasil, esse processo de formação profissional não é diferente. E da mesma forma, no Brasil e em outros países, um elemento fundamental na solidificação da interpretação de Libras enquanto prática profissional foi o reconhecimento legal das línguas de sinais enquanto línguas.

Ainda de acordo com as autoras, a presença dos intérpretes de língua de sinais no Brasil, iniciou predominantemente em trabalhos religiosos, na década de 80. A partir dos anos 90, devido à maior participação social e articulação política dos surdos, a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) instituiu unidades de tradutores/ intérpretes ligadas a escritórios regionais (da FENEIS), o que contribuiu significativamente para formação do profissional. Conseqüentemente, o intérprete passou a ocupar outros espaços e a demandar várias conquistas legais.

O trabalho de tradução/ interpretação de língua de sinais/ língua oral é exigido em qualquer atividade em que um surdo esteja envolvido. É um direito garantido por lei (MASUTI; SILVA, 2011), a fim de atender a especificidade linguística do surdo e a eliminar barreiras de comunicação. Nesse sentido, há a lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, em seu capítulo VII, artigo 18, regulamentada pelo decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004. Em 2002, o Congresso Nacional decreta e o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei 10.436 em 24 de dezembro, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira. Há o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei que oficializa a Libras como língua de comunicação e instrução dos surdos brasileiros e também define questões sobre o profissional tradutor/ intérprete de língua de sinais. Existe a recomendação nº 001 do CONADE de 15 de julho de 2010, para garantir a aplicação do princípio da acessibilidade à pessoa surda ou com deficiência auditiva em concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos. Por fim, citamos a lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010, que regulamenta a profissão do Tradutor/ Intérprete de Língua de Sinais no Brasil.

Assim, o intérprete de Libras é quem possibilita a comunicação entre surdos e ouvintes, promovendo a mediação entre os interessados. Ele deve ter domínio da Libras e do Português,

da diversidade de sentidos e possibilidades de construções nesses sistemas, dos aspectos culturais que envolvem as línguas e as comunidades de fala, conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo, e principalmente, conhecimento da comunidade surda e convivência com ela (LACERDA, 2009). É importante também ter boa fluência, ser versátil e ter uma postura ética para uma atuação com a pessoa surda (QUADROS, 2003). Outras habilidades específicas são necessárias, de acordo com o contexto em que é chamado a atuar. Por exemplo, a área educacional requer dele conhecimentos/desempenho que podem diferir dos exigidos em conferências ou na área da saúde.

Outro atributo necessário ao tradutor/ intérprete de língua de sinais é a atuação como ator (SEGALLA, 2010). Isso no que diz respeito à produção de vídeos sinalizados com objetivo de disponibilizar ao surdo mais informações em Libras. A atuação implica em outro quesito, que é a desinibição frente às câmeras.

3. Estudos Surdos

Muitos ainda definem o surdo a partir da deficiência. Definem-no referenciando naquele que ouve, acarretando a idéia de que ser surdo é não ouvir, não falar, não se comunicar e não entender. Mas, de acordo com Perlin (2005), os surdos têm diferença e não deficiência. Ao contrário do que muitos pensam, não possuem a sensação de perda. Ser surdo é pertencer a uma comunidade que faz significação de mundo a partir da visão. Comunicam-se, vivenciam uma cultura e desenvolvem uma identidade também baseada neste sentido.

As culturas são móveis, discordantes, em contínua construção, assim como as sociedades, em intercâmbio mutualístico. Exibimos uma pluralidade interna, e é ingênuo admitir a identidade como algo definido e definitivo (INNERRARITY, 2004). Estamos sempre em formação. A essência que nos constitui é algo poroso, sem limites claros. A exemplo desse hibridismo cultural, Quadros e Sutton-Spence (2006, p. 111) mencionam que os surdos possuem aspectos comuns enquanto pessoas surdas, mas também partilham traços em conjunto de suas comunidades nacionais.

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma comunidade surda que pode se estender além da esfera nacional, no

nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país (QUADROS; SUTTON-SPENCE, 2006, p. 111).

Os surdos existem em todos os tempos da história da humanidade e com eles, as línguas sinalizadas, deixando seus traços visuais; marcas acerca da diferença surda, do seu modo de enxergar, discutir e descrever o mundo (STROBEL, 2008).

No intuito de romper paradigmas e estabelecer uma nova visão do sujeito surdo (bem como sobre sua língua, história, educação, cultura), surge os Estudos Surdos, uma ramificação dos Estudos Culturais. Este movimento diz respeito à descrição do surdo e de toda sua significação de mundo a partir de um ponto de vista de dentro, o que implica em usar lentes diferentes dos ouvintes ou de qualquer representação depreciativa do ser surdo (SKLIAR, 2005).

O texto fonte do nosso trabalho de tradução, que motiva o presente informe descritivo, é fruto desse movimento dos Estudos Surdos, que surgiu no Brasil com mais ênfase a partir da década de 80. Descrevemos o capítulo que traduzimos a seguir.

O texto fonte

O presente trabalho, como já mencionado na introdução, é um estudo descritivo de alguns aspectos metodológicos que motivaram o trabalho de tradução na construção de um texto em língua de sinais a partir de um texto na língua portuguesa. O texto de partida ou texto fonte é um dos capítulos que compõe o livro Estudos Surdos IV, organizado por Quadros e Stumpf (2009). É o décimo segundo do livro, intitulado *Entrevista com tradutores surdos do curso de Letras Libras da UFSC: discussões teóricas e práticas acerca da padronização linguística*, de autoria de Thaís Fleury Avelar.

Segundo as organizadoras do livro Estudos Surdos IV, a autora Avelar (2009) trata da padronização linguística na Libras, abordando problemas decorrentes da variação linguística observada no Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA), do curso de graduação em letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Traz à tona uma discussão que é comum nas línguas faladas, mas completamente original nos estudos das línguas de sinais,

sobre a variação e a necessidade de padronização linguística. Para fomentar a discussão, a autora apresenta entrevista com tradutores surdos que atuam no curso de graduação em letras Libras.

O texto é dividido basicamente em seis partes, incluindo a introdução. Nas primeiras sessões, a autora faz um recorte sobre o funcionamento do curso de letras Libras da UFSC na modalidade à distância (Ead), descrevendo as ferramentas virtuais de ensino aprendizagem, como vídeos, textos em português, textos em Libras, *links*, simulações, etc. Todos estes materiais compõem o AVEA, instrumento que possibilita a interação síncrona e assíncrona⁴ entre professores, alunos e demais envolvidos nesse ambiente. Esse ambiente virtual permite também uma discussão entre todos os personagens do curso, através de fóruns, *emails*, *chats*, vídeo-conferências e outros. Os textos sinalizados disponíveis nesse ambiente são frutos de processos tradutórios de textos originalmente produzidos na língua portuguesa. Estes são traduzidos para a Libras e ficam disponíveis para o acesso, criando assim um ambiente bilíngue.

O curso de graduação em letras Libras na modalidade Ead da UFSC permite a interação entre alunos das cinco regiões do Brasil. Ou seja, o curso permite a troca e o intercâmbio entre sujeitos sinalizadores que apresentam suas variantes dialetais, “carregados” de sinais regionais. É nesse contexto que emerge a discussão do nosso texto fonte, já que no curso de letras Libras, não há uma padronização entre os sinais utilizados entre os tradutores, apenas aqueles relacionados às disciplinas específicas. A discussão se torna mais acalorada quando ficamos cientes de que a equipe de tradução é formada por surdos provenientes de estados diferentes da federação, e que a variação dialetal é ligada a questões culturais e de identidade. A proposta de padronização de alguns itens lexicais certamente influencia o processo ensino aprendizagem, já que alguns sinais passam a se tornar comuns a todos os usuários do AVEA.

O texto propõe discutir alguns aspectos teóricos relacionados à variação dialetal e à padronização linguística, investigando a opinião dos tradutores sobre essas questões por meio de entrevistas. Pode-se perceber que há variações dialetais entre os tradutores surdos que produzem os vídeos sinalizados no AVEA. Nota-se também que eles são cientes da importância da padronização linguística, pois se preocupam em usar os sinais mais correntes entre os sinalizadores e, quando necessário, buscam dicionários de instituições reconhecidos pela comunidade surda.

Nas considerações finais, a autora sugere que o próprio processo tradutório de materiais visuais para o curso de graduação em letras Libras da UFSC, já promove uma espécie de padronização, porque dissemina e usa sinais (disponíveis no AVEA) que acabam sendo usados em consenso nas diferentes regiões do Brasil.

4. Metodologia

Sob o prisma dos aspectos teóricos, sugerimos que este trabalho é regido dentro dos Estudos Descritivos da Tradução. Segundo Nielsen (2007) os Estudos Descritivos da Tradução se dedicam a estudar tudo que seja apresentado e concebido como tradução, cujo foco pode ser orientado à função, ao processo ou ao produto. Dessa forma, a tradução é encarada através de um enfoque não apenas linguístico, mas intercultural.

A tradução depende das relações entre os sistemas em contato; depende, acima de tudo, da posição que o tradutor ocupa no sistema de chegada e da tolerância do meio para com ele. Os Estudos Descritivos da Tradução preocupam-se também com questões como: por que esse tipo de texto foi escolhido para traduzir? Quem foi o tradutor? Para qual público se traduz?

A partir de então, a tradução, nos estudos descritivos, não é observada como fenômeno meramente linguístico mas, de um modo bem mais abrangente. Importa perceber a importância da tradução no contexto e na evolução da cultura de chegada, dando-se atenção também a aspectos institucionais, ideológicos, culturais, literários, dentre outros. Sem dúvida, no nosso caso, a cultura surda deve ser considerada.

Em relação à organização do trabalho tradutório, em seus aspectos gerais, nossa primeira preocupação foi realizar um trabalho em equipe. Todo o processo de tradução do texto fonte *Entrevista com tradutores surdos do curso de Letras Libras da UFSC: discussões teóricas e práticas acerca da padronização linguística* para a Libras foi realizado por uma dupla de tradutores/ intérpretes de língua de sinais. Optamos por desenvolver assim o nosso trabalho para aumentar a qualidade do produto final. Somos cientes que a tradução envolve escolhas e, certamente, havendo uma discussão prévia em equipe antes de tais escolhas, o produto final seria melhor.

Nesse sentido, a parceria para o trabalho tradutório em questão também objetivou dividir responsabilidades, chamando para a equipe um ônus que certamente teria outro peso, caso o trabalho fosse realizado isoladamente.

Quanto à formatação do vídeo em relação aos aspectos de iluminação, vestimenta, e outros, adotamos algumas orientações da *Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras*⁵. Lá, no sítio da revista, há algumas orientações quanto à produção e registro de artigos científicos em Libras. Algumas das orientações acatadas serão descritas no capítulo seguinte.

5. Descrição das estratégias de tradução do português escrito para a Libras

A filmagem é uma das formas de registro das línguas sinalizadas, e nesse caso, há necessidade de captar o sinalizador, já que a produção das palavras nas línguas de sinais é organizada a partir da articulação de fonemas em locais externos no corpo do sinalizador. Esse tipo de procedimento (filmagem) tende a aumentar nos próximos anos no Brasil, pelo aumento na demanda por esse tipo de serviço.

O estúdio de gravação

Antes mesmo de iniciarmos o estudo do texto fonte, discutimos sobre o local de gravação, já que este é um quesito importante e que interfere diretamente na qualidade do produto final. Procuramos um local reservado, sem interferências sonoras ou visuais. Usamos um tecido branco para a imagem de fundo e luz artificial a fim de minimizar e/ou eliminar qualquer tipo de sombra que viesse a surgir. No chão, marcamos um quadrante para que o sinalizador pudesse se deslocar levemente, sem que saísse do foco da filmagem. Da mesma forma, adequamos e marcamos a altura do pedestal, local onde a câmera era posicionada.

Em relação à posição do sinalizador dentro do quadrante da filmagem, seguimos as orientações da *Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras*. De acordo com as normas da revista⁶, preconiza-se que o quadrante no sentido crânio-caudal, deve abranger uma distância de seis a oito centímetros acima da cabeça do sinalizador e seis a oito centímetros abaixo de suas mãos, quando unidas em situação de repouso com os cotovelos fletidos a 90º graus.

Sobre as dimensões laterais, o quadrante não pode ser menor que à região dos cotovelos quando flexionados, de forma que as extremidades dos dedos estendidos se toquem em cima da região central do tórax.

Em relação à vestimenta, decidimos usar a cor vermelha para o Título, Notas de Rodapé e Citações Diretas e a cor preta para o Corpo do Texto em si. Embora a *Revista Brasileira de Vídeo Registro em Libras* prescreva uma cor específica para os Subtítulos, não acatamos a sugestão, e os mantemos na língua portuguesa. Veja as imagens da figura 1, a seguir.

Figura 1 – Cor da vestimenta do sinalizador durante as gravações



Título, Notas de Rodapé e Citações Diretas



Corpo do Texto

Organização da filmagem

Após essa etapa inicial, reescrevemos o texto para uma espécie de interlíngua, entre o português e a Libras. Utilizávamos itens lexicais da língua portuguesa dentro da estrutura sintática da Libras, de forma a contemplar também a organização espacial das línguas sinalizadas. As discussões foram produtivas. Líamos o texto fonte, debatíamos sobre o significado e elegíamos um “equivalente” na Libras. Nesse momento, sinalizávamos diversas vezes, em várias versões, até que uma forma fosse escolhida. Atentávamo-nos para não fazer uma forma sinalizada (português sinalizado) do texto fonte.

Sinalizamos parágrafo a parágrafo ou em trechos maiores, quando possível, de acordo com o discorrer do assunto e da memória do tradutor.

Um dos tradutores lia a versão na interlíngua para que o outro sinalizasse. Ensaivávamos bastante antes de iniciarmos a gravação. O leitor do roteiro atuava também como intérprete de apoio e diretor das filmagens: analisava a posição do sinalizador no quadrante, o uso do espaço, das marcações não manuais, iluminação, dentre outros aspectos. Ele é quem iniciava e finalizava o ciclo de filmagens.

Durante a leitura, percebemos o quanto é importante o “narrador” respeitar as características prosódicas do texto, para orientar aquele que sinaliza.

Padronizamos, conforme prescrição da *Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras*, a posição inicial e final nas mãos a cada ciclo de filmagens. As mãos do sinalizador mantinham-se em repouso conforme ilustrado na figura 1, anteriormente.

As imagens que compõem o texto fonte também fizeram parte da filmagem. Inserimo-las no produto final em vídeo, anexando-as ao canto esquerdo superior do vídeo, conforme a figura 2 abaixo, a partir da versão digitalizada da obra que traduzimos. Toda a série de livros Estudos Surdos está disponível gratuitamente para *download*⁷.

Figura 2 – Imagens do texto fonte.



Em vários momentos do texto, disponibilizamos legendas em língua portuguesa. Nessas situações, o sinalizador apenas apontava para a parte inferior do quadrante. A figura 3, a seguir, ilustra o uso da legenda e o benefício da apontação como forma de tornar a sinalização menos “carregada” de datilologia.

Figura 3 – Uso da legenda e da apontação



Em menção a autores (citações diretas e indiretas), optamos por inserir a o sinal AUTOR antes da explicitação de seus nomes, na tentativa de ratificarmos, junto ao leitor, de que se trata da inserção do pensamento de alguém no texto. De forma semelhante, inserimos o sinal ANO antes de mencionar o ano de publicação da obra citada. O mesmo aconteceu com a numeração das páginas (citações diretas), em que articulamos previamente o sinal NÚMERO.

Adequação a nível lexical

Durante a leitura do texto, no trabalho de elaboração da versão escrita na interlíngua e em discussões da versão em Libras, encontramos uma gama de possibilidades na escolha de itens lexicais. Elegemos aqueles que melhor se adequassem ao contexto resgatado.

Durante esse trabalho de escolhas, deparamo-nos com uma situação curiosa, que diz respeito à marcação de gênero na língua portuguesa e na ausência de processo morfológico semelhante, na língua de sinais brasileira. Sabemos que a distinção de gênero na Libras é feito pela justaposição dos sinais HOMEM ou MULHER a nomes. Mas, será que a todo momento teríamos que fazer o uso destes itens na elaboração do texto alvo? O recorte abaixo ilustra bem essa discussão.

Avelar, 2009, p. 366

“O objetivo principal é analisar os dados a partir de entrevistas com uma **professora e tradutora surda**, e outros quatro tradutores surdos, sondando suas expectativas quanto ao uso de sinais diferentes e investigando sobre a crescente necessidade de uma padronização linguística no AVEA.”

No exemplo acima, seria mais adequado usar o sinal MULHER PROFESS@R TRADUT@R SURD@? Entendemos que não. Não há necessidade de marcar a frase com o sinal MULHER, porque essa distinção de gênero no texto fonte não é importante no discurso, apenas estabelece uma especificidade linguística do português.

Agora consideremos outra situação. Na fala da presidente da república, quando a Dilma se denomina “a primeira presidenta do Brasil”, a marcação de gênero tem outra denotação. Não se refere apenas a uma concordância, mas a uma manifestação discursiva, com implicações importantes no significado. Aqui valeria a pena usar o sinal MULHER, caso fosse traduzido para a Libras.

Alterações linguísticas

Na elaboração do texto alvo, é comum ocorrerem adaptações (acréscimos de informações) de ordem linguística, com o objetivo de realizar ajustes necessários devido a língua alvo (VASCONCELOS, 2008). Nesse sentido, descrevemos o uso da bóia nas línguas de sinais e apresentamos alguns exemplos em que ela foi acrescentada no texto sinalizado.

Observa-se, no nível discursivo, a simultaneidade na produção de itens lexicais nas línguas sinalizadas, na medida em que cada unidade articulatória manual atua de maneira autônoma. As mãos do sinalizante podem assumir diversas configurações de forma independente e representar eventos simultâneos. Constroem também uma espécie de plano de fundo no discurso sinalizado (MCCLEARY; VIOTTI, 2007).

Segundo McCleary e Viotti (2007), é frequente a manutenção de parte do sinal por uma das mãos por um período superior ao de sua realização, e o sinalizante pode atribuir um papel

relevante à mão que permanece, como uma espécie de suporte semântico. Liddell (2003) chama esse recurso de bóia, referindo-se à permanência visual de um item lexical (ou parte dele) enquanto o fluxo discursivo continua a acontecer, bem como à ação da mão não dominante quando se configura, de forma a recuperar referentes do discurso.

A mão não dominante também pode adquirir a configuração de sinais numéricos, em que cada dígito é associado a uma entidade do contexto discursivo. Durante uma reunião de trabalho, por exemplo, caso um sinalizante repasse as informações provenientes do seu chefe aos colegas de equipe, pode usar a bóia para configurar uma lista. A mão dominante pontua cada um dos dígitos da mão não dominante, e o sinalizante segue promovendo o enunciado. Assim, cada toque que a mão dominante faz num dígito da outra, é seguido de sinais que abordam as decisões da reunião.

A associação entre entidades e dígitos geralmente é feita pelo contato na ponta de cada dígito apropriado, seguido da descrição associada a ele. Algumas vezes o contato precede a descrição, em algumas acompanham a descrição, e noutras tanto precede quanto acompanha a descrição (LIDDELL 2003, p. 224).

A seguir, ilustramos na figura 4 o uso de boia numérica na elaboração do texto alvo. Transcrevemos o trecho no texto fonte e sua versão no texto alvo, respectivamente.

Avelar (2009, p. 366)

“Os entrevistados vêm de regiões brasileiras diferentes (Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo), apresentando, portanto, diferenças linguísticas e culturais, fato esse que pode influenciar na maneira como veem a relação entre a variação linguística dos sinais, a padronização e a questão das identidades surdas e da cultura surda em contato.

ENTREVISTA APONTAR LUGAR DIFERENTE SC, RIO, SP. TEM DIFERENÇAS LINGUÍSTICAS CULTURAIS.

DIFERENÇAS INFLUENCIAR OPINIÃO DELES **QUATRO (boia numérica)** 1-VARIAÇÃO LINGUÍSTICA 2- PADRONIZAÇÃO 3- IDENTIDADE SURDA 4-CULTURA SURDA CONTATO.

Figura 4 – Uso da boia numérica (QUATRO)



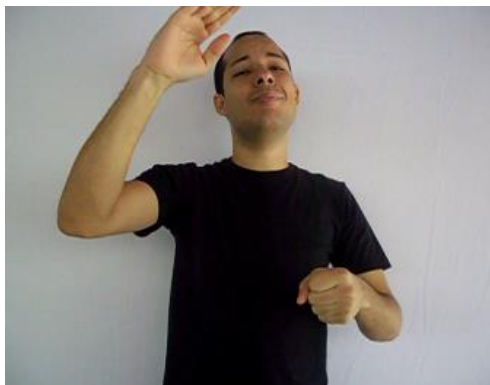
Análise técnica

Após a filmagem de cada trecho, seguimos com a avaliação dos vídeos recém sinalizados. Consideramos este tipo de análise de ordem técnica, pois diz respeito à nitidez e qualidade da imagem, clareza de articulação dos parâmetros, iluminação, etc.

O primeiro aspecto que nos chamou a atenção foi a “disposição” do sinalizador. De alguma forma, o tradutor deve se portar a transmitir um ar de “motivação”. Caso contrário, o vídeo se torna monótono. Deve haver uma pequena dose de vigor, para que o leitor seja estimulado a continuar a leitura do material.

Em algumas situações, as mãos do sinalizador saiam do foco da câmera, o que prejudica diretamente a qualidade do vídeo. A figura 5 ilustra esse problema, durante a articulação do sinal PRINCIPAL.

Figura 5 – Mão do sinalizador está fora do foco.



Um dos motivos percebidos que influenciaram essa “saída de foco” foi o local onde o sinalizador articula seus sinais. O sinalizador da imagem, muitas vezes articulava seus sinais em frente do rosto, e não em frente ao tronco. Isso fez com que pequenos deslocamentos da mão não fossem capturados pela câmera. O problema foi corrigido a tempo.

Percebemos também que não há uma uniformidade quando à distância do sinalizador em relação à câmera. Em algumas situações, o sinalizador está posicionado mais próximo que em outras partes do vídeo. Concordamos que a aproximação/ afastamento do sinalizador de forma alternada, promove uma dinamicidade ao vídeo. O que estamos levantando é a falta de marcações “de palco” mais sistemáticas. São fatores importantes que devem ser analisados, devido à modalidade de produção.

6. Considerações finais

O fenômeno da tradução/ interpretação da língua de sinais permite que a comunidade surda tenha acesso cada vez mais à informação e formação. Trata-se de uma atividade que promove o resgate da participação, que nos próximos anos tente a aumentar no Brasil. A modalidade de trabalho apresentado nessas páginas é uma necessidade crescente e carece de urgente sistematização. Acreditamos que este trabalho, de alguma forma, contribui para isso.

O presente trabalho, intitulado *Estratégias de tradução do português escrito para a Libras: uma proposta de atuação para o intérprete educacional*, é um estudo descritivo de

alguns aspectos metodológicos que motivaram o trabalho do tradutor na construção de um texto em língua de sinais a partir de um texto na língua portuguesa. Apresentou também uma descrição quanto às competências linguísticas e referenciais necessárias para a elaboração do produto final, inerentes ao campo de atuação da tradução intermodal.

Vimos que há adequações linguísticas de ordem lexical, sintática e discursiva, quando traduzimos o texto fonte do português para a Libras. Nessa modalidade de trabalho (produção de vídeo) outros aspectos são levados em consideração, como o estúdio, iluminação, qualidade da imagem, foco, disposição do sinalizador, entre outros. Sugerimos que o tradutor/ intérprete de língua de sinais conheça aspectos básicos de edição de vídeo. Alertamos também para a importância do trabalho em equipe, numa forma de assegurar a qualidade da interpretação.

Certamente, estudos precisam ser feitos sobre o assunto, a fim de desvendarmos mais a relação entre a tradução intermodal, produção audiovisual, as línguas de sinais e parâmetros de avaliação.

7. Referências

- AVELAR, T. F. Entrevista com tradutores surdos do curso de Letras Libras da UFSC: discussões teóricas e práticas acerca da padronização linguística. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. Estudos Surdos IV: série de pesquisas. Editora Arara Azul: Petrópolis, 2009. p. 364-393.
- BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- INNERARITY, D. Educar para uma sociedade multicultural. In: CASTRO, G. C.; DRAVET, F. (Orgs). Sob o céu da Cultura. Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004. p. 59-74.
- LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Editora Mediação: Porto Alegre, 1º edição. 2009.
- LIDDELL, S. K. Grammar, gesture and meaning in american sign language. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MASUTTI; M. L.; SILVA, G. G. L. Tradução e Interpretação de Libras I. Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharelado em Letras Libras. 2011
- MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: LIMA-SALLES, H. M. M. (Org.).

Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editoração, 2007. p. 73-96.

NIELSEN, Annie Alvarenga Hyldgaard. A Face oculta de Pagu: um caso de pseudotradução no Brasil do século XX. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, 2007.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. 192 p.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais. Traços da identidade surda. In: QUADROS, R. M. (Org). Estudos Surdos I: Série de Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006. p. 110-165.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. MEC: Brasília, 2003.

SEGALA, R. R. Tradução intermodal e intersemiótica/ interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____ A surdez. O olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 7-32.

STROBEL, K. L. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. 2008. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VASCONCELOS; M. L. Estudos da Tradução I. (Texto base da disciplina). Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharelado em Letras Libras. 2008.

Notas

¹No Brasil existe a língua de sinais kaapor brasileira, utilizada por surdos da comunidade indígena Urubu-Kaapor, localizada no Estado do Maranhão (BRITO, 1995).

²Usamos o termo tradutor/intérprete na Introdução deste trabalho, para conduzir o leitor ao reconhecimento (ou numa tentativa de) abarcar toda esfera de atuação deste profissional, apesar de algumas de suas áreas de abrangência ainda não serem sistematizadas no Brasil. Posteriormente, em alguns momentos no corpo do trabalho, usamos apenas o termo intérprete, por questões de estética textual, mas que se refere à mesma complexidade de atuação.

³De acordo com Segala (2010), a inserção das discussões sobre a tradução e interpretação das línguas de sinais nos Estudos da Tradução demandou a necessidade e a emergência de mais um tipo de tradução/interpretação, a Tradução Intermodal, que se refere ao processo tradutório relacionado a línguas de modalidades diferentes.

⁴Avelar (2009) explica que interação síncrona é aquela que acontece por meio de ferramentas virtuais ao vivo, em tempo real. Já a assíncrona é a interação que não acontece em tempo real, como a interação por email.

⁵A *Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras* é uma iniciativa interessante da Universidade Federal de Santa Catarina. Mais um exemplo de que a língua de sinais vivencia um momento histórico no Brasil, obtendo cada vez mais prestígio. Para mais detalhes, acesso o sítio <<http://revistabrasileiravrLibras.paginas.ufsc.br/>>, acessado em 17 de junho de 2012.

⁶Para conhecer as normas da *Revista Brasileira de Vídeo Registro em Libras* acesse o site <<http://revistabrasileiravrLibras.paginas.ufsc.br/>>

⁷Os livros da série Estudos Surdos são disponibilizados gratuitamente no site da Editora Arara Azul, no site <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/pesquisas-em-estudos-surdos/>>

Identificação dos Autores:

BRUNO GONÇALVES CARNEIRO



Mestre em linguística pela Universidade Federal de Goiás (2012), graduado em letras Libras bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012), graduado em fisioterapia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2006). Atua como intérprete de Libras na Escola SESI Marlei Maria Moreira em Araguaína-TO.
Email: brunotoca@yahoo.com.br

ESTER FERNANDES NUNES



Pós-graduanda *latu sensu* em linguística. Graduada em letras Libras bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atua como intérprete de Libras na Secretaria Municipal de Educação de Araguaína-TO.
Email: ester_letrasLibras@hotmail.com